LEI Nº 325

Que modifica o artigo 1º da lei nº 312 de 1º de março de 1958.

Artigo 1º - Passa a ser a seguinte a redação do artigo 1º da lei nº. 312 de 1º de março de 1958:- "Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, um terreno localizado na rua Carlos Kielander e Dona Antonina Junqueira, medindo 398,30 metros qua drado de área, confrontando com as suas supra citadas e com o imóvel de Carlos Rehder e Jorge Saad".

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo gadas as disposições em contrário. Sala das Sessões 1º de abril de 1958.

LEI Nº 326

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender as despesas e execução de calçamento, em x virtude da Lãc constar em lei orçamentária, para o corrente exercício, verba para aquele fim.

§ único - A Prefeitura prestará contas minuciosas dos serviços presta dos.

Artigo 2º - O valor do presente crédito será coberto com os recursos em a provenientes do excesso de arrecadação para o corrente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo gadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, 12 de abril de 1958.

LEI Nº 327

Artigo 1º - Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a promover amigavel ou judicialmente a desapropriação do imóvel (prédio e terreno) sito à rua Saldanha Marinho esquina com a rua Américo de Campos, de propriedade do Sr. José Peixoto de Andrade, constituído pela seguinte metragem:- área sôbre o corrégo 47 m2 num total de 227 m2 .

Artigo 2º - Para atender as despesas decorrentes com a desapropriação de que trata o artigo anterior, fica aberto na Contadoria Municipal, um cré dito especial de Cr\$ 100.000.00.

Artigo 3º - Fica o Sr. Prefeito Municipal a contrair, com estabeleci mento bancário desta praça, um empréstimo na mesma importância especificada no artigo anterior, p ra fazer face ao pagamento da referida desapropriação.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo gadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, 12 de abril de 1958.

(segue)